ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL ANTÔNIO ARRUDA DE FARIAS

CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

O IMPACTO DOS AUXÍLIOS SOCIAIS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL DECORRENTE DA DESIGUALDADE SOCIAL EM SURUBIM-PE

FLAVIA KAWANNY DA SILVA LIMA

GABRIELLA VICTÓRIA DA SILVA ARRUDA

JAMILLY BATISTA DA SILVA

JOSÉ PEDRO LIMA DE FREITAS

JOSEFA RAYSSA DA SILVA CARDOSO

MARCELO NUNES DA SILVA FILHO

MIRELLA CAROLLAINY ALVES DA SILVA

SIBELLY THAYANNE SILVA CAVALCANTI DE ANDRADE

THAMIRYS BRENDA DE SOUZA SANTANA

VINICIUS MARTINS ARRUDA DE SOUZA

SURUBIM-PE
2025

FLAVIA KAWANNY DA SILVA LIMA

GABRIELLA VICTÓRIA DA SILVA ARRUDA

JAMILLY BATISTA DA SILVA

JOSÉ PEDRO LIMA DE FREITAS

JOSEFA RAYSSA DA SILVA CARDOSO

MARCELO NUNES DA SILVA FILHO

MIRELLA CAROLLAINY ALVES DA SILVA

SIBELLY THAYANNE SILVA CAVALCANTI DE ANDRADE

THAMIRYS BRENDA DE SOUZA SANTANA

VINICIUS MARTINS ARRUDA DE SOUZA

O IMPACTO DOS AUXÍLIOS SOCIAIS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL DECORRENTE DA DESIGUALDADE SOCIAL EM SURUBIM-PE

Projeto apresentado a disciplina de metodologia da pesquisa, como obtenção de nota.

Professor orientador: André Belarmino da Silva.

SURUBIM-PE
2025

FLAVIA KAWANNY DA SILVA LIMA

GABRIELLA VICTÓRIA DA SILVA ARRUDA

JAMILLY BATISTA DA SILVA

JOSÉ PEDRO LIMA DE FREITAS

JOSEFA RAYSSA DA SILVA CARDOSO

MARCELO NUNES DA SILVA FILHO

MIRELLA CAROLLAINY ALVES DA SILVA

SIBELLY THAYANNE SILVA CAVALCANTI DE ANDRADE

THAMIRYS BRENDA DE SOUZA SANTANA

VINICIUS MARTINS ARRUDA DE SOUZA

O IMPACTO DOS AUXÍLIOS SOCIAIS NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL DECORRENTE DA DESIGUALDADE SOCIAL EM SURUBIM-PE

O presente projeto será analisado por uma banca examinadora, seguindo os parâmetros das normas ABNT e tem que obedecer os critérios especificados para o alcance da nota desejada.

EXAMINADOR 1

EXAMINADOR 2

EXAMINADOR 3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 5

PROBLEMA DE PESQUISA……..6

OBJETIVO GERAL.....6

OBJETIVO ESPECÍFICO.....6

JUSTIFICATIVA..... 7

REFERENCIAL TEÓRICO..... 9

1. Trabalho infantil.....9

1.1 Conceito.....9

1.2 Panorama mundial..... 9

1.3 Desigualdade socioeconômica..... 10

1.4 Políticas Públicas e Auxílios Sociais..... 10

2. Aspectos Culturais e a Naturalização do Trabalho Infantil..... 12

3. O Contexto Regional de Surubim-PE.....15

3.1 Histórico e Formação de Surubim.....15

3.2 Economia Regional..... 15

3.3 Desafios Sociais e Infraestrutura.....17

3.4 Cultura e Identidade Regional.....17

3.5 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável..... 18

METODOLOGIA..... 19

RESULTADO DA ENTREVISTA/GRÁFICOS/DADOS.....**20**

CONSIDERAÇÕES FINAIS……..24

ANÁLISE DE SWOT..... 25

ANEXOS FOTOGRAFIAS.....27

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA..... 30

CRONOGRAMA..... 32

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo identificar e discutir as lacunas que afetam crianças e adolescentes em sua vida escolar e pessoal no município de Surubim-PE, região que apresenta escassez de pesquisas sobre essa problemática. O trabalho infantil, decorrente diretamente das desigualdades sociais, permanece como uma realidade preocupante, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade socioeconômica e pela ausência de políticas públicas eficazes.

Nesse contexto, o estudo aborda aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno, incluindo o conceito de trabalho infantil adotado no Brasil, o panorama mundial e nacional, bem como as desigualdades sociais que contribuem para o aumento da inserção laboral de menores de 18 anos (MATTEI, 2021; ALVES, 2005). A análise será aprofundada no contexto regional de Surubim, localizada no Agreste Setentrional de Pernambuco, destacando fatores econômicos, culturais e sociais que favorecem a naturalização dessa prática (CAVALCANTI, 2006; SILVA & GOMES, 2017).

A relevância do estudo reside em compreender o impacto dos programas sociais no combate ao trabalho infantil, evidenciando que políticas como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) são estratégias importantes para mitigar a pobreza e promover a permanência escolar, rompendo o ciclo intergeracional da exploração laboral precoce (IBGE, 2023; UNICEF, 2024). Além disso, busca-se identificar lacunas nas políticas públicas e analisar a influência da cultura local na aceitação e continuidade do trabalho infantil em Surubim.

Por fim, o artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico com os conceitos centrais e o panorama global e nacional do trabalho infantil; em seguida, discute-se a relação entre desigualdade social e inserção precoce no mercado de trabalho, bem como os aspectos culturais da naturalização dessa prática. Posteriormente, o contexto socioeconômico de Surubim é detalhado, seguido da exposição dos métodos de pesquisa, resultados obtidos e análise crítica das políticas públicas. As considerações finais reúnem as principais conclusões e recomendações para o aprimoramento das ações de combate ao trabalho infantil.

PROBLEMA DE PESQUISA

- Qual é a influência dos auxílios sociais no combate ao trabalho infantil em Surubim-PE, considerando os efeitos da desigualdade socioeconômica local?

OBJETIVO GERAL

- Compreender a influência dos auxílios sociais no combate ao trabalho infantil em Surubim-PE, considerando os efeitos da desigualdade socioeconômica local.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Verificar possíveis falhas ou lacunas nas políticas públicas que dificultam a proteção integral da criança e do adolescente.
- Estudar a relação entre renda familiar, acesso a políticas públicas e a exposição de crianças ao trabalho precoce.
- Refletir sobre os desafios e limitações das políticas sociais diante da desigualdade persistente no município.
- Comentar os fatores culturais e socioeconômicos que contribuem para a naturalização do trabalho infantil no município.

JUSTIFICATIVA

A Organização Internacional do Trabalho (2022) constatou que, no início de 2020, aproximadamente 160 milhões de crianças de 5 a 17 anos estavam submetidas ao trabalho infantil no mundo. Além disso, pela primeira vez após 20 anos, a redução dos índices de trabalho infantil foi interrompida, com a pandemia da COVID-19 sendo um dos principais fatores dessa estagnação, especialmente devido ao aumento acentuado da pobreza e ao fechamento das escolas. Assim, as taxas de trabalho infantil e a pobreza estão intimamente relacionadas à educação.

Estudos indicam que crianças beneficiadas por programas sociais têm maior chance de permanência na escola, o que contribui para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Nesse contexto, os auxílios sociais não apenas aliviam dificuldades imediatas, mas também promovem inclusão e cidadania a longo prazo.

Outrossim, dada a relevância do tema e sua ampla repercussão social, observa-se uma carência de estudos sobre essa área na região de Surubim-PE. Estudar o trabalho infantil decorrente da desigualdade social em Surubim é essencial, pois o município apresenta características socioeconômicas que favorecem a ocorrência desse fenômeno, como os altos índices de pobreza, a informalidade no trabalho e a falta de políticas públicas eficazes. Além disso, é comum encontrar crianças e adolescentes trabalhando no comércio local, evidenciando a naturalização do trabalho infantil no cotidiano da cidade. Analisar o caso de Surubim permite compreender como fatores estruturais regionais impactam diretamente a vida das crianças e adolescentes, contribuindo para a criação de estratégias mais específicas e eficazes de combate ao problema. Portanto, esta pesquisa visa não apenas compreender, mas também contribuir para a redução desse problema complexo e multifacetado. Ao investigar as causas, consequências e estratégias de prevenção, esperamos informar políticas e programas governamentais que protejam os direitos das crianças, previnam o trabalho infantil e sensibilizem a sociedade sobre os impactos negativos dessa prática.

De igual modo, os auxílios sociais desempenham um papel crucial no combate ao trabalho infantil, ao atuar diretamente nas causas estruturais do problema. Programas como o Bolsa Família, por exemplo, garantem que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso à alimentação adequada e outras necessidades básicas, reduzindo a pressão econômica que pode levar as crianças ao trabalho precoce. A relação entre pobreza, desigualdade social e

trabalho infantil é evidente: quanto maior a carência, maior a probabilidade de crianças abandonarem a escola para ajudar no sustento da família.

É de extrema importância o estudo do trabalho infantil e da desigualdade social, uma vez que essas questões persistem há anos e comprometem momentos essenciais da vida das crianças, como o acesso à educação, alimentação adequada e, sobretudo, à vivência plena da infância. Isso pode gerar, inclusive, traumas psicológicos.

Assim como em muitas outras cidades do Brasil, em Surubim-PE — uma cidade relativamente pequena, com 253,296 km² (IBGE, 2024) e 64.120 habitantes (IBGE, 2022) — a desigualdade social é um problema que prejudica crianças e adolescentes, evidenciando a desigualdade no acesso a oportunidades educacionais e sociais. Nas escolas com mais recursos, os alunos costumam ter materiais didáticos de melhor qualidade, acesso a tecnologias e professores mais qualificados. Por outro lado, nas instituições de ensino mais precarizadas, frequentadas por estudantes de famílias com menos recursos, é comum a falta de apoio, o que prejudica o desempenho acadêmico e aumenta a taxa de abandono escolar. Em muitos casos, esses alunos precisam trabalhar para ajudar suas famílias, o que compromete ainda mais seus estudos.

Diante disso, torna-se urgente aprofundar o estudo sobre o trabalho infantil e a desigualdade social, especialmente em contextos regionais como o de Surubim-PE. A presente pesquisa se justifica, portanto, pela necessidade de ampliar o debate, subsidiar políticas públicas eficazes e promover a garantia integral dos direitos das crianças e adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Trabalho infantil

1.1 Conceito

O trabalho infantil acontece a partir do momento em que uma criança é forçada a entrar precocemente no mercado de trabalho. Segundo O Globo, o Brasil registrou, no primeiro semestre de 2024, 1.251 denúncias de trabalho infantil por meio dos canais do Disque 100, isso significa, uma média de 208 denúncias desse tipo por mês. Essa prática traz graves consequências a vida de todos os jovens que passam por essa situação.

Conforme na literatura de MATTEI; DA CUNHA, 2021, inúmeros jovens têm sua vida acadêmica prejudicada por ter que abrir mão dos estudos para entrar no mercado de trabalho durante a infância ou adolescência. A partir do momento em que a educação dos jovens é afetada, suas vidas inteiras são colocadas em vulnerabilidade visto que os malefícios dessa prática vão além da educação e afeta também a saúde pública, já que as consequências do emprego de menores de 13 anos comprometem o desenvolvimento físico, psíquico e social de meninas e meninos que são obrigados a trabalhar em pedreiras, carvoarias, feiras livres, matadouros, plantações, lixões ou mesmo em atribuições que parecem menos prejudiciais, como as oficinas de costura caseiras (“Consequências do trabalho infantil”, [s.d.]). Ou, ainda, envolvidas em atividades ilícitas como o tráfico de drogas. Em geral, o emprego infantil, ilícito, exclui toda essa geração dos direitos à educação, cultura, lazer, saúde, moradia e alimentação adequada.

1.2 Panorama mundial

Desde antes da Revolução Industrial a mão de obra infantil vêm sendo usada em diversas áreas da produção industrial. A regulamentação da produção surgiu como forma de tentar combater a mão de obra ilegal que era utilizada em fábricas como por exemplo nas fábricas da Inglaterra que além do horário de trabalho abusivo também oferecia condições precárias de trabalho para os trabalhadores que se viam trabalhando muito por um salário insuficiente. Dessa forma a mão de obra infantil foi implementada tanto para aumentar a produção da fábrica quanto para servir como um lucro alternativo para as famílias.

No século XXI a mão de obra infantil vêm sendo combatida com leis que visam regulamentar o mercado de trabalho, entretanto, o trabalho infantil ainda é presente em lugares onde a lei não é eficiente. Segundo o Repórter, Brasil o mundo não cumpriu meta 8.7 estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que previa a erradicação do trabalho infantil até este ano. Segundo o relatório, para alcançar esse objetivo até 2030, seria necessário acelerar os esforços em 11 vezes em relação ao progresso atual. Interligando essa reportagem com a realidade de milhões de crianças no mundo todo, é visível que a lei ainda não é aplicada de forma adequada, fazendo com que haja um descaso com crianças no mundo todo, onde a maior parte dessas crianças é pobre e vive sem um suporte que deveria ser oferecido pelas autoridades mundiais.

1.3 Desigualdade socioeconômica

De acordo com Karl Marx, a Desigualdade Socioeconômica refere-se às disparidades na distribuição de recursos, oportunidades e condições de vida entre diferentes grupos sociais. É um produto do capitalismo, por meio de um processo de exploração, extraindo mais-valia das massas trabalhadoras. Essas diferenças criam uma divisão, onde um grupo pode ser visto como superior ao outro, ao mesmo tempo em que marginaliza os indivíduos que não possuem os mesmos privilégios.

O trabalho infantil perpetua a desigualdade socioeconômica, criando um ciclo vicioso de pobreza e falta de oportunidades. O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, aponta que quanto mais precoce é a entrada no mercado de trabalho, menor é a renda obtida ao longo da vida adulta.

Com poucas oportunidades de estudar, a criança que trabalha geralmente reproduz o perfil de outras gerações da família, que também trabalharam na infância. Sem a conscientização e direito a novas oportunidades que deveria ser garantido por meio de políticas públicas, dificilmente as crianças com este perfil conseguem romper o ciclo da pobreza e miséria de suas famílias.

1.4 Políticas Públicas e Auxílios Sociais

Segundo o IBGE (2023), no Brasil, o trabalho infantil continua fortemente associado a vulnerabilidades sociais, como baixa renda, informalidade e baixa escolaridade parental. Dados mais recentes da PNAD Contínua mostram que, em 2023, o contingente caiu para 1,607 milhão de crianças e adolescentes, o menor nível desde 2016. Esse avanço reflete, em

parte, os efeitos de políticas públicas implementadas após a pandemia. Ainda assim, o maior número de crianças envolvidas no trabalho infantil concentra-se na faixa etária de 16 a 17 anos, sendo importante destacar o recorte social, racial e regional, como no Nordeste, que concentra o maior contingente.

O primeiro pilar é a proteção social básica e especial, realizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse sistema, os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) atuam na prevenção, identificando e acompanhando famílias em situação de vulnerabilidade, enquanto os CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) oferecem atendimento mais específico nos casos em que já há violação de direitos, como quando a criança está inserida em atividade laboral proibida. Essa estrutura garante apoio psicossocial, inclusão em serviços de convivência e encaminhamentos necessários para a proteção da criança.

O segundo pilar é formado pelas transferências de renda condicionadas, como o Bolsa Família. Esses programas fornecem auxílio financeiro às famílias de baixa renda, mas exigem contrapartidas, como a frequência escolar e a atualização da vacinação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que aliviam a pobreza imediata, também criam incentivos para que a criança permaneça na escola em vez de ser levada ao trabalho precoce.

O terceiro pilar envolve a fiscalização e as garantias de direitos. Aqui entram órgãos como o Ministério Público do Trabalho, os Conselhos Tutelares e a Inspeção do Trabalho, que têm a função de identificar e coibir situações de exploração. Além disso, o acesso efetivo à educação, saúde e programas de aprendizagem é essencial para assegurar que crianças e adolescentes tenham alternativas reais ao trabalho precoce.

Dentro dessa lógica, destaca-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado como uma política pública específica para enfrentar essa questão. O PETI combina transferência de renda, trabalho social com famílias e a oferta de atividades socioeducativas em horário complementar à escola, garantindo tanto apoio financeiro quanto a inserção em serviços de proteção. O programa é regulamentado em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhece a criança como sujeito de direitos, e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estabelece a assistência social como dever do Estado e direito de quem dela necessitar, organizando os benefícios, serviços e programas destinados à população em situação de vulnerabilidade social.

As políticas de auxílios sociais, especialmente as transferências de renda, como o Bolsa Família, têm se mostrado eficazes na redução do trabalho infantil quando combinadas com acompanhamento socioassistencial. Conforme a UNICEF Brasil, essas políticas aumentam a frequência escolar e reduzem a pressão econômica que leva crianças a ingressarem no mercado de trabalho de forma precoce. A literatura também evidencia que os efeitos são mais consistentes quando há integração entre transferência de renda, CRAS/CREAS, SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e programas de educação integral.

Em síntese, o impacto dos auxílios sociais no combate ao trabalho infantil depende não apenas da oferta de benefícios financeiros, mas também da articulação com serviços socioassistenciais e educação de qualidade, mostrando que a erradicação do trabalho infantil é resultado de um conjunto de medidas intersetoriais, e não de uma ação isolada.

2. Aspectos Culturais e a Naturalização do Trabalho Infantil

Em muitas regiões do Brasil, o trabalho infantil é visto como uma parte natural do ciclo de vida de uma criança, especialmente em contextos de extrema pobreza. Isso ocorre devido à construção histórica de uma cultura que associa o trabalho precoce à sobrevivência e à contribuição familiar. Em muitas famílias, particularmente nas zonas rurais e periféricas, a necessidade de gerar renda imediata acaba por sobrepor-se às necessidades educacionais e de proteção social das crianças. Como argumenta Alves (2005)

> O trabalho infantil é, em muitas situações, uma exigência de ordem econômica, mas também está profundamente enraizado em uma série de valores culturais que tornam difícil enxergar essa prática como uma violação de direitos. (Alves, 2005, p. 48).

No Brasil, uma percepção cultural do trabalho infantil tem raízes históricas que remontam ao período colonial, onde as crianças de famílias pobres eram vistas como mão de obra acessível para as atividades agrícolas, o que perdurou por séculos. Além disso, o modelo de familismo presente em muitas comunidades brasileiras leva à aceitação do trabalho precoce, especialmente nas zonas rurais, onde a subsistência depende da colaboração de todos os membros da família. A normalização da exploração do trabalho infantil é um reflexo da persistente desigualdade social, em que a educação e o lazer ainda são acessíveis a um número reduzido de crianças, enquanto muitas são direcionadas ao trabalho desde a tenra idade.

> A realidade do trabalho infantil no Brasil pode ser percebida facilmente com um pouco do exercício de empatia, ampliando o olhar para os que estão ao nosso redor, pois costuma estar evidenciada, naturalizada e até mesmo "culpabilizada", como se as crianças, adolescentes e suas famílias estivessem em situação de vulnerabilidade porque não se esforçaram o suficiente para vencer as diferentes dificuldades de acesso à educação, saúde, moradia e emprego digno. (Junior e Choy, 2023, p. 2).

Surubim é um exemplo de como os aspectos culturais e sociais influenciam a naturalização do trabalho infantil em algumas regiões do Brasil. O município é predominantemente rural e enfrenta desafios típicos do Nordeste, como a pobreza, o desemprego e a escassez de infraestrutura, fatores que frequentemente resultam em altos índices de trabalho infantil. Em muitos casos, as crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social acabam sendo incorporadas ao mercado de trabalho precoce, muitas vezes em atividades agrícolas, como no cultivo de frutas, e em pequenos comércios informais, como feiras e mercados locais.

A realidade de muitas cidades do interior de Pernambuco, como Surubim, é marcada pela falta de políticas públicas eficazes que ofereçam alternativas à inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. A ausência de programas de proteção social acaba por reforçar a ideia de que o trabalho infantil é uma necessidade e não uma violação de direitos. A vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias na cidade contribui diretamente para a perpetuação desse ciclo, onde o trabalho das crianças se torna uma forma de contribuição econômica para a subsistência familiar, ainda que isso comprometa seu desenvolvimento educacional e emocional.

A naturalização do trabalho infantil em Surubim e em muitas outras localidades do Brasil possui diversas consequências de longo prazo, tanto para as crianças quanto para a sociedade. A ausência de escolarização é uma das primeiras consequências visíveis. O trabalho precoce impede que a criança tenha acesso à educação formal de qualidade, comprometendo seu futuro profissional e perpetuando o ciclo de pobreza. A exposição precoce ao trabalho também pode resultar em sérios danos psicológicos e físicos, uma vez que as crianças muitas vezes são submetidas a ambientes insalubres e a longas jornadas de trabalho, incompatíveis com sua idade e capacidade física. Como aponta Nunes (2014)

> As crianças que ingressam precocemente no mercado de trabalho são privadas do direito à infância, à educação e ao lazer, elementos essenciais para o desenvolvimento integral da personalidade humana. (Nunes, 2014, p. 101).

Além disso, o trabalho infantil não é apenas uma violação dos direitos da criança, mas também tem impactos econômicos negativos. A falta de escolarização e capacitação impede que o indivíduo se qualifique adequadamente para o mercado de trabalho formal no futuro, perpetuando a desigualdade social e a falta de oportunidades. Essa realidade reflete a necessidade urgente de políticas públicas que combatam o trabalho infantil e ofereçam alternativas viáveis para as famílias em situação de risco, como programas de transferência de renda, acesso à educação de qualidade e suporte psicossocial.

Em 2023, Pernambuco registrou uma expressiva queda de 28,2 % no número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, reduzindo-se de 68.349 casos em 2022 para 49.103 em 2023, o que consolida o estado como referência nacional no enfrentamento dessa violação de direitos. Esse resultado representa o descolamento do estado de uma realidade de normalização do trabalho infantil para uma trajetória de combate efetivo ao fenômeno. Tal redução foi possibilitada pela atuação articulada entre o governo estadual e os municípios, que, apenas em 2024, implementaram mais de 740 ações estaduais e outras 5.000 ações municipais via o SIMPETI (Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

Em paralelo, uma operação de fiscalização realizada pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Infantil (GMTI) entre os dias 1º e 8 de agosto de 2024 nos municípios do Agreste pernambucano — entre eles Caruaru, Toritama, São Caetano, Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Cupira — identificou 301 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em 10 feiras livres e 46 estabelecimentos. Dentre eles, 298 estavam exercendo atividades enquadradas na "Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil" (conforme Decreto nº 6.481/2008), enquanto três eram menores de 16 anos e não deveriam estar laborando. O perfil demográfico apontou que 41 tinham até 11 anos, 62 entre 12 e 13 anos, e 198 entre 14 e 17 anos; 70 % eram meninos e 30 % meninas. Além disso, 91 % dos estabelecimentos inspecionados pertenciam ao setor têxtil, sobretudo facções que executam partes específicas da fabricação de roupas como corte, costura, tinturaria ou acabamento.

As condições de trabalho eram alarmantes: adolescentes trabalhando com maquinários, materiais perfurocortantes, expostos ao fogo, ruído intenso e poeira acima dos níveis toleráveis. Em um dos casos, dois adolescentes trabalhavam em pé por 9 horas diárias manuseando uma prensa quente, com elevado risco de queimaduras e esmagamento dos

membros superiores. Essas condições evidenciam a gravidade da situação, inclusive em termos de saúde física e integridade.

A fiscalização determinou o afastamento imediato das crianças e adolescentes com menos de 16 anos, enquanto os com 16 e 17 anos foram remanejados para atividades adequadas à sua faixa etária e livre de riscos laborais. Os empregadores foram obrigados a pagar as verbas rescisórias aos menores e foram autuados por manter o trabalho infantil. A operação também destacou como muitos dos adolescentes haviam abandonado a escola ou apresentavam defasagem educacional significativa, o que reforça a relação direta entre trabalho infantil e evasão escolar.

3. O Contexto Regional de Surubim-PE

3.1 Histórico e Formação de Surubim

A história de Surubim remonta ao século XVIII, com a formação do município a partir de um núcleo rural que recebeu o nome de "Surubim", derivado do peixe "surubim", abundante na região na época. A fundação oficial da cidade ocorreu em 1815, quando foi elevada à categoria de vila. Ao longo do século XIX, Surubim cresceu como uma localidade ligada à produção agrícola, especialmente à cana-de-açúcar e ao algodão, atividades que marcaram o ciclo econômico da região. A cidade, ao longo dos anos, manteve uma forte conexão com as atividades rurais, que ainda hoje são a base de sua economia.

Segundo Cavalcanti (2006)

> Surubim, como outras cidades do Agreste, teve seu crescimento atrelado ao desenvolvimento da agricultura, principalmente a pecuária e o cultivo de grãos. No entanto, a urbanização e a diversificação econômica começaram a se intensificar no século XX. (Cavalcanti, 2006, p. 12)

A cidade, até meados do século XX, era predominantemente rural, mas passou por um processo gradual de urbanização com a instalação de indústrias e comércios, que fortaleceram sua economia e ampliaram sua infraestrutura.

Esse processo de urbanização também foi acompanhado de um aumento da população, que contribuiu para a expansão de novos serviços e a diversificação da base econômica, embora com desafios significativos na gestão pública e em garantir um crescimento inclusivo.

3.2 Economia Regional

A economia de Surubim é fortemente marcada pela agricultura, com destaque para a

produção de grãos, como feijão, milho e arroz. A região também se destaca pela pecuária, especialmente a criação de gado bovino e caprino, além da produção de leite, que são fundamentais para o sustento de muitos moradores. Contudo, nas últimas décadas, a cidade tem passado por um processo de diversificação econômica, com a expansão do setor de serviços e do comércio, o que tem contribuído para a melhoria das condições de vida da população.

A agricultura familiar tem se destacado como um dos pilares da economia local, com muitos agricultores familiares tendo acesso a programas de crédito rural e de assistência técnica oferecidos pelo governo federal e estadual. Segundo Val (2019)

> Historicamente, esse tipo de cultivo acompanhou o crescimento do país. Segundo levantamento feito pelo Governo Federal em 2018, a agricultura familiar brasileira configurou-se como a oitava maior produtora de alimentos do mundo e a maior do Brasil. Hoje, 87% da mandioca, 70% do feijão, 60% da produção nacional de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 46% do milho consumidos pela população brasileira vêm desse tipo de cultivo. (Val, 2019, p. 1).

Outro setor de relevância econômica em Surubim é o comércio. A cidade serve como centro de abastecimento para outras localidades da região, recebendo a visita de compradores de municípios vizinhos. O comércio local tem se expandido, com a chegada de grandes redes varejistas e de novas opções de serviços, como academias, restaurantes e mercados.

Além disso, o turismo tem se consolidado como uma atividade crescente. Surubim abriga festividades populares, como a Festa de São Sebastião, que atraem turistas e movimentam a economia local. O município, com seu patrimônio histórico e cultural, também tem buscado melhorar sua infraestrutura turística para atrair mais visitantes, algo que, segundo a Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco, tem gerado uma média de crescimento anual de 5% no setor turístico.

No entanto, a cidade de Surubim tem se desenvolvido de forma acelerada nos últimos tempos, tornando-se uma referência para os municípios vizinhos (GEVSON et al., 2020). Um dos destaques desse crescimento é o setor têxtil. Surubim é reconhecida como um polo de confecções, com forte atuação na produção de malhas e jeans, que tem impulsionado a geração de empregos na região. No entanto, esse crescimento econômico também traz desafios, especialmente no que tange ao trabalho infantil. Embora não existam dados precisos, é sabido que crianças e adolescentes são frequentemente expostos ao trabalho em fábricas e oficinas, o que afeta negativamente seu aprendizado e suas interações sociais. A

expansão do mercado de confecções, embora positiva para a economia local, precisa ser acompanhada de perto para evitar a exploração precoce da mão de obra infanto juvenil.

3.3 Desafios Sociais e Infraestrutura

Embora Surubim tenha avançado economicamente nas últimas décadas, o município ainda enfrenta desafios significativos no campo social e da infraestrutura. Um dos principais problemas enfrentados pela cidade é a falta de investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança. A desigualdade social é uma realidade presente, com a região concentrando elevados índices de pobreza e acesso limitado a serviços públicos de qualidade.

De acordo com Simões (2019)

> Observa-se a necessidade de um esforço maior para lidar com as disparidades regionais, não apenas de Pernambuco, mas de todo o país, as quais vão desde escalas macrorregionais a escalas municipais. Com o avanço dessa discussão, deve-se pensar em políticas que extrapolam a dimensão puramente econômica como primordiais para o desenvolvimento de regiões vulneráveis. É necessário que as ações públicas se voltem para políticas de desenvolvimento que, além do crescimento econômico, preconizem a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, respeitando as características culturais e naturais de cada território. (Simões, 2019, p. 28).

Em termos de saúde, a cidade conta com unidades de saúde básicas, mas há uma escassez de hospitais especializados, o que leva muitos moradores a buscar atendimento em cidades vizinhas. Em relação à educação, embora a cidade tenha uma rede de escolas públicas e privadas, o índice de analfabetismo e a baixa qualificação profissional ainda são desafios significativos para a melhoria da qualidade de vida.

No que diz respeito à infraestrutura, a cidade ainda enfrenta problemas de mobilidade urbana e de saneamento básico. A falta de planejamento urbano e a inexistência de políticas públicas voltadas para o crescimento sustentável têm dificultado a melhoria da qualidade de vida para a população, especialmente nas áreas mais periféricas.

3.4 Cultura e Identidade Regional

A cultura de Surubim é rica e diversa, com influência das tradições nordestinas, como o forró, a xilogravura e as festas populares. O município é conhecido pela sua forte ligação com o sertão e a vida rural, que permeiam suas manifestações culturais e o imaginário coletivo de sua população. A música, a dança e as festividades são marcos importantes da identidade local.

A cidade, também, é reconhecida pela sua produção artesanal, que inclui peças de artesanato em couro, madeira e cerâmica. Muitos desses produtos são comercializados tanto localmente quanto para turistas que visitam o município. Além disso, Surubim é um polo cultural que abriga vários grupos de teatro, dança e música, como a Banda Marcial de Surubim, que é um símbolo da cidade. A preservação dessas manifestações culturais é fundamental para a construção da identidade do município e sua valorização no cenário regional.

3.5 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

Nos últimos anos, o município tem se empenhado em implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria das condições de vida da população. O foco tem sido, principalmente, na melhoria da educação, na ampliação dos serviços de saúde e na construção de infraestrutura urbana, como pavimentação de ruas e construção de praças.

Um dos projetos mais importantes na área de infraestrutura foi a criação de um sistema de captação e tratamento de água pluvial, que tem ajudado a combater a escassez de água nas épocas de seca. Segundo Oliveira (2012)

> Os altos custos para armazenar água superficial, a baixa disponibilidade de água subterrânea, os elevados custos operacionais e de manutenção de sistemas públicos de abastecimento de água têm na captação de água da chuva a única alternativa capaz de aumentar a oferta de água potável. (Oliveira, 2012, p. 16)

Além disso, Surubim tem investido no fortalecimento da agricultura sustentável, com a introdução de técnicas de cultivo que minimizem os impactos ambientais e melhorem a produtividade agrícola. A parceria com o Governo do Estado e o apoio a projetos de agroecologia são exemplos de ações que visam a um crescimento econômico mais equilibrado e menos dependente de modelos tradicionais de produção.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um formulário estruturado, direcionado a alunos da Escola Técnica Estadual Antônio Arruda de Farias. O público participante foi composto por 40 estudantes residentes em Surubim, com faixa etária entre 15 e 18 anos, distribuídos entre as turmas do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. O instrumento de coleta de dados contemplou questões objetivas e subjetivas, elaboradas com o intuito de identificar opiniões, comportamentos e experiências relacionadas ao tema investigado. A aplicação ocorreu em ambiente escolar, de forma presencial e organizada, garantindo a participação voluntária e o anonimato dos respondentes. Dessa forma, buscou-se obter informações claras que contribuíssem para a discussão dos resultados da pesquisa.

O formulário incluiu sete questões principais, sendo elas:

1. Em sua visão, na prática, os programas sociais garantem uma melhoria contínua na qualidade de vida das famílias ou apenas oferecem um alívio momentâneo?
2. Na sua opinião, os auxílios sociais disponíveis em Surubim-PE são suficientes para reduzir a necessidade do trabalho infantil?
3. O trabalho infantil em Surubim-PE está mais associado ao meio urbano ou ao rural?
4. Você acredita que o acesso à educação de qualidade poderia reduzir a dependência de famílias em relação ao trabalho infantil?
5. Para você, os auxílios sociais deveriam ser acompanhados de políticas complementares (como capacitação profissional dos pais, geração de emprego e renda, acesso à saúde)?
6. Você acha que a normalização cultural do trabalho infantil interfere na eficácia das políticas públicas?
7. Em sua compreensão, há evidências de que programas como Bolsa Família, auxílios emergenciais ou projetos locais estão realmente transformando condições estruturais?

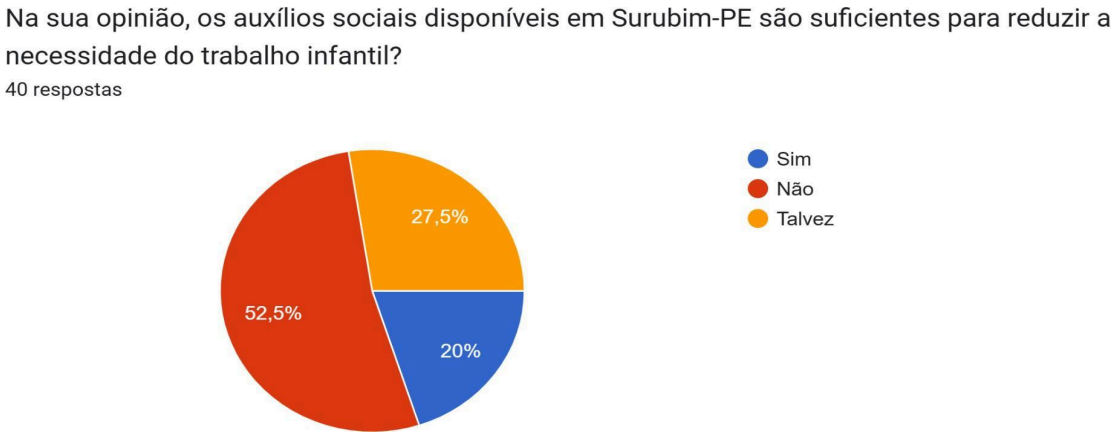
RESULTADO DA ENTREVISTA/GRÁFICOS/DADOS

A pesquisa de campo realizada com 40 estudantes da Escola Técnica Estadual Antônio Arruda de Farias, com idades entre 15 e 18 anos, possibilitou analisar percepções e opiniões sobre o trabalho infantil e a atuação das políticas públicas e programas sociais em Surubim-PE. Os resultados apresentados a seguir buscam evidenciar tendências de pensamento, compreensões coletivas e contradições nas respostas, organizadas de forma temática, conforme as questões do formulário aplicado.

As respostas referentes à percepção sobre se os programas sociais garantem melhoria contínua ou apenas um alívio momentâneo mostraram um cenário heterogêneo. Uma parcela significativa dos estudantes considerou que tais programas oferecem apenas alívio temporário, sugerindo que esses mecanismos não promovem mudanças estruturais e duradouras. Em contraste, outros participantes reconheceram que podem gerar melhoria contínua na qualidade de vida das famílias, enquanto respostas intermediárias, como *"depende"* ou *"talvez"*, evidenciam a complexidade com que os jovens compreendem o tema.

Quanto à suficiência dos auxílios sociais em reduzir a necessidade do trabalho infantil, a maioria respondeu "não", indicando que, na percepção dos estudantes, os programas ainda são insuficientes para atender plenamente às demandas sociais. Uma menor parcela apontou "talvez", e apenas alguns indicaram "sim", reforçando a ideia de que os programas existentes são percebidos como insuficientes frente à realidade socioeconômica local.

Figura 1 - Primeira pergunta do questionário

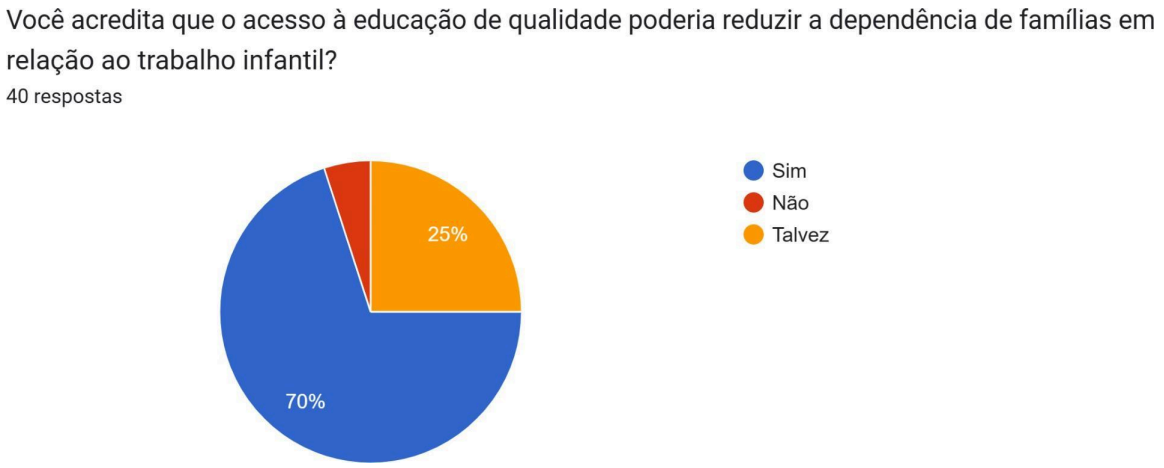


Fonte: Autores, 2025

A associação do trabalho infantil aos contextos urbano ou rural revelou que, embora alguns alunos vinculem a prática ao meio urbano, a maior parte associa ao meio rural ou a ambos os contextos. Tal resultado sugere que, em cidades com características mistas de urbanização e agricultura, como Surubim, o fenômeno não pode ser compreendido de forma restrita a um único espaço social.

Em relação ao impacto da educação de qualidade na redução da dependência das famílias em relação ao trabalho infantil, houve consenso expressivo: a maioria absoluta reconheceu que a educação constitui uma ferramenta central para romper o ciclo do trabalho precoce. Poucas respostas divergentes, como "não" ou "talvez", reforçam a percepção da escola como espaço privilegiado de transformação social.

Figura 2 - Segunda pergunta do questionário



Fonte: Autores, 2025

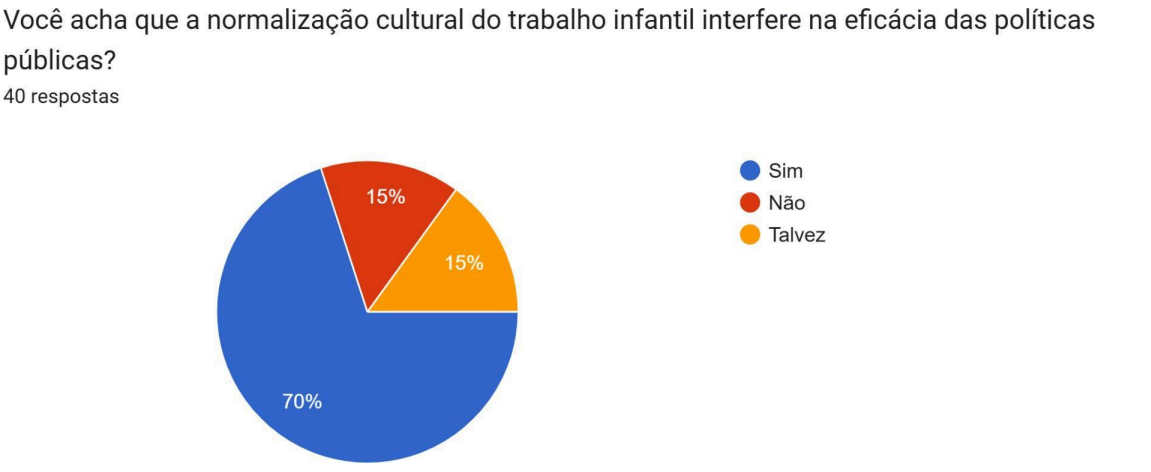
Sobre a necessidade de acompanhamento dos auxílios sociais por políticas complementares, quase todos os estudantes responderam "sim", destacando a importância de integrar programas de transferência de renda a políticas de capacitação profissional, geração de emprego e renda, e acesso a serviços de saúde. Essa percepção evidencia a crítica à fragmentação das políticas públicas e valoriza a abordagem intersetorial.

Figura 3 - Terceira pergunta do questionário

Fonte: Autores, 2025

Quanto à influência da normalização cultural do trabalho infantil na eficácia das políticas públicas, a maioria reconheceu que a aceitação social da prática representa um obstáculo à efetividade das ações governamentais. Uma pequena minoria respondeu “não” ou “talvez”, indicando que, para os estudantes, a mudança cultural é condição necessária para enfrentar a prática.

Figura 4 - Quarta pergunta do questionário

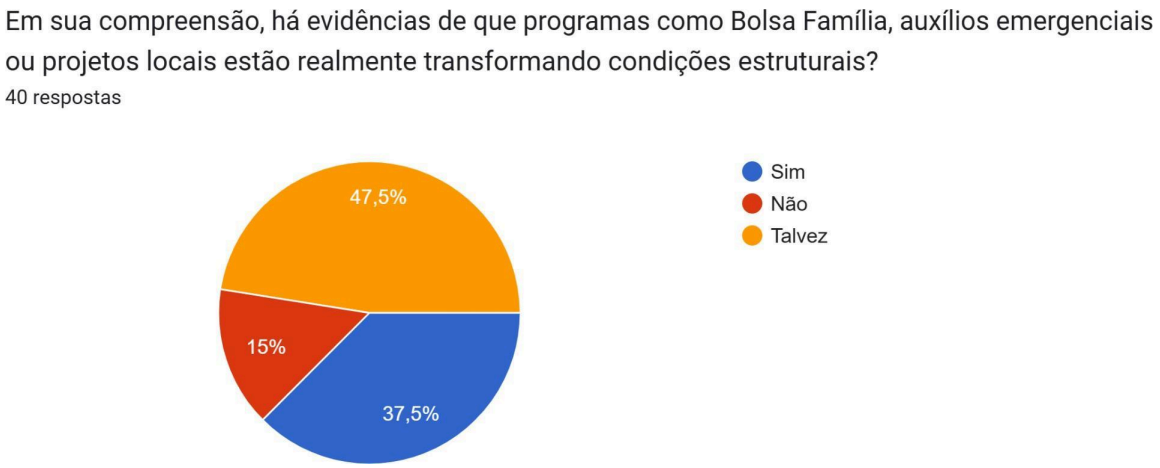


Fonte: Autores, 2025

Por fim, ao analisar se há evidências de que os programas sociais promovem transformações estruturais, os resultados mostraram maior dispersão. Alguns estudantes

afirmaram “sim”, reconhecendo avanços proporcionados por programas como Bolsa Família e auxílios emergenciais, enquanto outros responderam “não” ou “talvez”, evidenciando incerteza quanto à capacidade desses programas de gerar mudanças estruturais profundas. Essa divisão sugere que, embora valorizados, os programas sociais ainda são percebidos como limitados em seu alcance.

Figura 5 - Quinta pergunta do questionário



Fonte: Autores, 2025

De forma geral, os dados demonstram que os estudantes reconhecem a relevância dos programas sociais, mas percebem suas limitações quando aplicados isoladamente. A associação do trabalho infantil ao meio rural e a percepção de que a educação é central para romper o ciclo da pobreza reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, articulando auxílios sociais, fortalecimento da escola, geração de renda e transformação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar e discutir as lacunas que afetam crianças e adolescentes em sua vida escolar e pessoal no município de Surubim-PE, região que apresenta escassez de pesquisas sobre essa problemática. O trabalho infantil, decorrente diretamente das desigualdades sociais, permanece como uma realidade preocupante, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade socioeconômica e pela ausência de políticas públicas eficazes.

Nesse contexto, o estudo aborda aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno, incluindo o conceito de trabalho infantil adotado no Brasil, o panorama mundial e nacional, bem como as desigualdades sociais que contribuem para o aumento da inserção laboral de menores de 18 anos (MATTEI, 2021; ALVES, 2005).

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um formulário estruturado, direcionado a alunos da Escola Técnica Estadual Antônio Arruda de Farias. O público participante foi composto por 40 estudantes residentes em Surubim, com faixa etária entre 15 e 18 anos, distribuídos entre as turmas do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio. O instrumento de coleta de dados, um formulário com 7 questões, contemplou questões objetivas e subjetivas, elaboradas com o intuito de identificar opiniões, comportamentos e experiências relacionadas ao tema investigado.

Os dados demonstraram que os estudantes reconhecem a relevância dos programas sociais, mas percebem suas limitações quando aplicados isoladamente. A associação do trabalho infantil ao meio rural e a percepção de que a educação é central para romper o ciclo da pobreza reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, articulando auxílios sociais, fortalecimento da escola, geração de renda e transformação cultural.

ANÁLISE DE SWOT

FORÇAS	**FRAQUEZAS**
Surubim possui uma população relativamente pequena, facilitando o monitoramento das famílias beneficiárias dos programas sociais. O município é beneficiado por programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que atendem a mais de 1,5 milhão de famílias em Pernambuco, com um investimento superior a R$1 bilhão, proporcionando um benefício médio de R$ 663,16 por família. Surubim apresenta avanços em indicadores sociais, ocupando a 13ª posição no Índice de Progresso Social (IPS) de Pernambuco, refletindo progresso em áreas como educação, saúde e infraestrutura	A falta de dados específicos sobre trabalho infantil em Surubim dificulta a avaliação precisa da magnitude do problema e a formulação de políticas públicas eficazes. Os valores dos auxílios sociais podem ser insuficientes para cobrir todas as necessidades básicas das famílias em situação de vulnerabilidade, o que pode levar ao envolvimento de crianças em atividades laborais. A deficiência nos serviços de saneamento básico, como o baixo percentual de esgotamento sanitário, agrava as condições de saúde e aumenta a vulnerabilidade das crianças ao trabalho infantil.

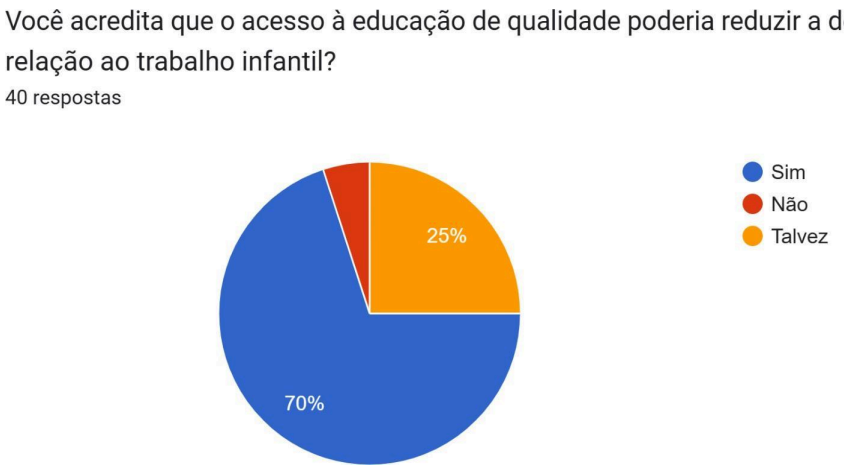
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Há potencial para ampliar os programas sociais existentes e qualificar os auxílios, aumentando seus valores e complementando-os com serviços de transporte escolar, alimentação e reforço escolar, visando à redução do trabalho infantil. A intensificação das parcerias entre governos, ONGs e comunidade pode melhorar a identificação e o suporte a crianças em risco de trabalho infantil.	Crises econômicas, como inflação e desemprego, podem elevar a pobreza e forçar famílias a recorrer ao trabalho infantil para complementar a renda, comprometendo os avanços alcançados. A falta de fiscalização eficaz, especialmente em áreas rurais ou informais, dificulta a identificação e erradicação do trabalho infantil, permitindo que práticas ilegais persistam.
A implementação de políticas públicas que garantam a permanência escolar, como fornecimento de merenda escolar, uniformes e transporte adequado, pode reduzir a incidência de trabalho infantil. A utilização de dados abertos municipais e a participação ativa da sociedade civil podem fortalecer o monitoramento da eficácia dos benefícios sociais e a fiscalização do trabalho infantil.	Mudanças políticas podem levar à descontinuidade ou cortes nos programas de assistência social, afetando negativamente os esforços para combater o trabalho infantil. Pressões socioculturais, como a naturalização do trabalho infantil em contextos familiares ou rurais, podem dificultar a erradicação do problema e a implementação de políticas públicas eficazes.

ANEXOS FOTOGRAFIAS

Figura 1 - Primeira pergunta do questionário

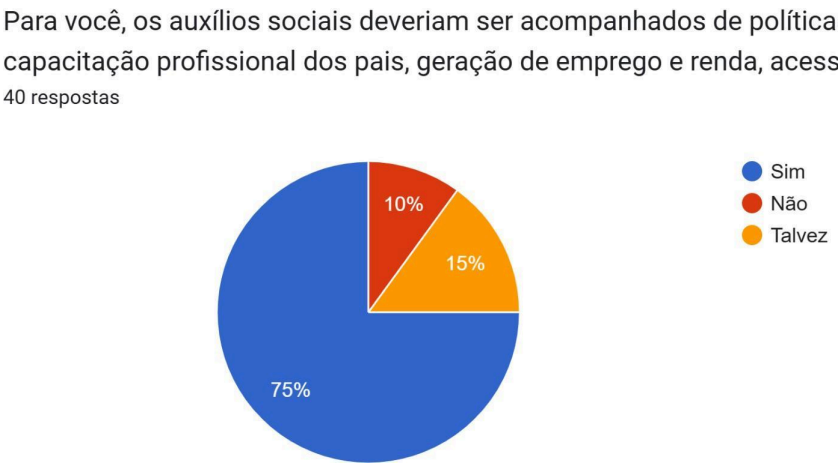
Fonte: Autores, 2025

Figura 2 - Segunda pergunta do questionário



Fonte: Autores, 2025

Figura 3 - Terceira pergunta do questionário



Fonte: Autores, 2025

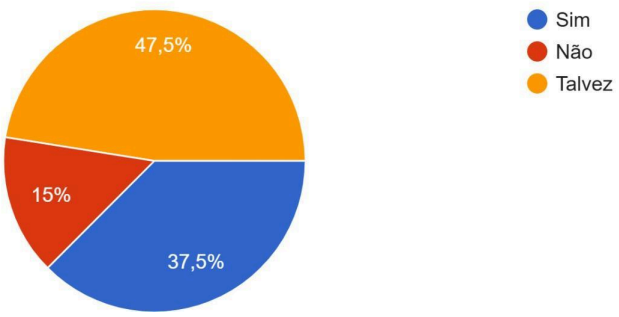
Figura 4 - Quarta pergunta do questionário

Fonte: Autores, 2025

Figura 5 - Quinta pergunta do questionário

Em sua compreensão, há evidências de que programas como Bolsa Família, auxílios emergenciais ou projetos locais estão realmente transformando condições estruturais?

40 respostas



Fonte: Autores, 2025

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, D. A. (2005). O trabalho infantil e suas implicações na sociedade brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, 12(3), 45-67.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CAVALCANTI, João. *História e Desenvolvimento Regional de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária, 2006.

Consequências do trabalho infantil. **Criança Livre de Trabalho Infantil**, [s.d.]. Disponível em:

<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/consequencias>.

DINO. **Índice de trabalho infantil no Brasil demanda atenção**. Disponível em:

<https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2025/06/12/indice-de-trabalho-infantil-no-bras il-demanda-atencao.ghtmlm >. Acesso em: 20 jun. 2025.

Estatísticas do trabalho infantil no Brasil e no mundo. Disponível em:

<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>.

GEVSON, M., et al. *O Crescimento Econômico e os Desafios Sociais em Surubim-PE*. Recife: Editora Regional, 2020.

IBGE. IBGE | Portal do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

JUNIOR, Luiz; CHOY, Marco A L. *Da naturalização da cultura do trabalho infantil e da educação em direitos humanos como mecanismo de transformação social*. Revista de Direito: Trabalho, Sociedade e Cidadania, Brasília, v. 13, 2022.

LEI 18.069 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.

AMATTEI, T. F.; DA CUNHA, M. S. Impacto do trabalho infantojuvenil no desempenho escolar para o Brasil urbano. **Estudos em Avaliação Educacional**, 19 out. 2021. v. 32, p. e07159. Acesso em: 31 jul. 2025.

Ministério do Trabalho e Emprego realiza megaoperação de combate ao trabalho infantil no

Agreste de Pernambuco Disponível em: <Ministério do Trabalho e Emprego realiza megaoperação de combate ao trabalho infantil no Agreste de Pernambuco >.

NUNES, M. A. (2014). Consequências do trabalho infantil no desenvolvimento infantil e psicológico. *Psicologia e Sociedade*, 23(4), 98-110.

OLIVEIRA, G. C. S. Diagnóstico socioeconômico e potencialidades para a captação de água de chuva na microrregião do Alto Capibaribe – PE. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

"Operação flagra trabalho infantil em Caruaru e outros municípios." Diário de Pernambuco. Disponível em: www.diariodepernambuco.com.br.

"Operação flagra 301 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Agreste de Pernambuco." Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:<https://www.gov.br/pt-br>

"Pernambuco reduz em 28% o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil." Secretaria de Assistência Social de Pernambuco. Disponível em: www.sas.pe.gov.br.

"Pernambuco realiza megaoperação de combate ao trabalho infantil no Agreste." LeiaJá.

Disponível em: www.leiaja.com.

Políticas Públicas: Entenda O Que são, Para Que Servem E Veja Exemplos. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/politicas-publicas> .

Surubim (PE) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/surubim.html>.

SIMÕES, Ana Clara Ramos; BALBINO, Tomás de Faria. Vulnerabilidade social e desenvolvimento humano: análise socioeconômica dos municípios de Pernambuco nos anos 2000. Revista Ciência & Trópico, v. 43, n. 1, p. 15–29, 2019. DOI: 10.33148/CeTropico-v.43,n.1(2019)_1827.

UNICEF Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/>.

VAL, Adalberto Luís. Agricultura familiar tem papel essencial na garantia da segurança alimentar. Revista Cultivar, 2019. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/artigos/a-agricultura-familiar-tem-papel-essencial-na-garantia-da-seguranca-alimentar>. Acesso em: 3 set. 2025

CRONOGRAMA

	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
CAPA	X	X	-	-						
FOLHA DE ROSTO	X	X	-	-						
FOLHA DE APROVAÇÃO	X	X	-	-						
SUMÁRIO	X	X	-	-						
INTRODUÇÃO	X									
OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	-	-	X	X						
JUSTIFICATIVA	-	-	X	X						
METODOLOGIA				X	X					
REFERENCIAL TEÓRICO					X	X				
PESQUISA DE CAMPO					X	X	X			
RESULTADO DA ENTREVISTA/GRÁFICOS/DADOS						X	X			
ANÁLISE DE SWOT								X	X	

ANEXOS FOTOGRAFIAS								**X**	**X**	
REFERÊNCIA				**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	**X**	

BIBLIOGRÁFICA										